

## REUNIÃO PERIÓDICA DO FÓRUM POPULAR DE SAÚDE - PARANÁ (FOPS-PR)

Realizada em 09 de abril de 2008, no auditório do SindSaúde (rua Mal. Deodoro, 314, 8. andar - Curitiba, Paraná), entre 19h e 21:30h.

PAUTA: Informes; apresentação do tema "Fundações Estatais", sua discussão e encaminhamentos do FOPS em relação ao tema; informes sobre reunião última do Fórum Sul de Saúde.

RELATOR: Prentici Rosa da Silva.

PRESENTES: Ana Livia, Bernardo, Eloísa, Luiz Guilherme, Manoela, Mari Elaine, Prentici, Renata, Sueli, Thais, Winnie.

### INFORMES

- (Manoela/Eloísa) Repasse da atividade do "Dia Mundial de Luta pela Saúde" (07/04), na Associação Paranaense de Reabilitação - APR: uso de "lágrimas de sangue" pelos militantes, como denúncia ao hospital que foi construído com mais de 40 milhões de reais e se encontra fechado a dois anos; pouca gente pôde ser abordada, devido a localização do hospital, em rua com pouco movimento. Devido a isso, o diálogo se deu basicamente com usuários do centro de reabilitação, mas a avaliação é positiva.

- (Eloísa) Repasse da atividade do "Dia Mundial de Luta pela Saúde" (07/04), no Hospital do Trabalhador - HT: 1.000 panfletos distribuídos; a denúncia era de que o HT foi construído com as pretensões em especializar-se em trauma e saúde do trabalhador, mas atualmente praticamente não consiste em nenhum dos dois; o diálogo com os usuários foi positivo, apesar de que Eloísa quase apanhou de um senhor de 85 anos, que defendia o governador Requião.

- (Bernardo) Repasse da atividade do "Dia Mundial de Luta pela Saúde" (07/04), no Hospital de Clínicas - HC-UFPR: Foram distribuídos panfletos do Sindtest (Sindicato dos Servidores Técnicos da UFPR e UTFPR), para os usuários, em ambulatórios, e funcionários em alguns locais do hospital; foi divulgado que, na central de agendamentos, a gestão do atendimento e fluxo da fila caiu de uma média de três horas para uma hora, graças a uma nova organização, formulada a partir da atuação dos usuários junto dos trabalhadores. O objetivo era demonstrar como atuação conjunta e controle social são importantes; Bernardo sinalizou a questão do programa "O HC conta com você", que promove a doação de dinheiro, pelos usuários do hospital, na forma de contribuição na conta de luz da Copel. Bernardo propõe alguma atuação do FOPS em relação a isso.

- (Eloísa) Repasse da atividade do "Dia Mundial de Luta pela Saúde" (07/04), no município da Lapa (em 08/04: Eloísa comenta que não houve produção de panfletos e outros materiais de comunicação, e fizeram muita falta; setores da população, como associações de moradores, se aproximaram do ato, e demonstraram que estavam de acordo com a pauta e queriam ter auxiliado na construção de um ato mais expressivo.

## APRESENTAÇÃO DO TEMA "FUNDAÇÕES ESTATAIS", por Bernardo Pilotto

- Bernardo se apoiou, para sua apresentação, na publicação: BRAVO, M. I. de S. et al (org.) **Política de saúde na atual conjuntura: modelos de gestão e agenda para a saúde**. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2007, 1. ed., 56 p; e em anotações suas, em participação do "Congresso de Hospitais Universitários: concepção, papel e missão", realizado em Brasília em 29 e 30 de outubro de 2007;
- Bernardo aborda a crise dos hospitais universitários (HUs) de parte dos anos 1990, em dívida pública superior a 230 milhões de reais, e defasagem de pelo menos 5.000 funcionários técnicos;
- No projeto de Reforma Universitária, PL7200/2006, em trâmite, os HUs seriam desligados das universidades públicas, prevendo apenas parcerias entre essas instituições em forma de contrato, e não de maneira orgânica;
- Bernardo define o projeto de Fundações Estatais de Direito Privado (FEDPs), que supostamente seria uma reforma, como contra-reforma, pois regride muitos direitos trabalhistas conquistados, assim como autonomia do Sistema Único de Saúde (SUS);
- No projeto de lei, não constam diferenciações entre o setor público e setor privado;
- Os concursos para contratação ainda aconteceriam dentro das FEDPs, mas em regime CLT (ou seja, com flexibilidades e possibilidade demissional);
- Contratos de gestão público-privados: detrimento de planos de carreira (planos de carreira assumiria um regime descentralizado, ou seja, sem leis nacionais em sua regência); as FEDPs não carecem recolher impostos ao INSS (isenção de carga tributária); os enfraquecidos contratos trabalhistas visam, na visão de Bernardo, enfraquecer a organização dos próprios trabalhadores, principalmente daqueles que originam resistência a privatização do sistema público; as FEDPs extinguem a forma atual de controle social das unidades, substituindo-o por conselhos subordinados a uma espécie de Conselho de Curadores (com membros indicados pelo governo) e conselhos menores e subordinados a eles. Esses conselhos prevêm participação da sociedade civil, mas não apontam parâmetros de quem participaria e de como isso se daria; estabelecimento de contratos de gestão regidos por atingimento de metas: o foco em metas traria (assim como já traz ao HC, pois já existem contratos vigentes), precarização do atendimento, pois são negligenciados problemas de estrutura em nome do atingimento de metas. As unidades que não atingem suas metas recebem sanções na forma de diminuição das verbas destinadas a elas;
- As FEDPs acabam com o financiamento vicinal do governo em relação aos HUs. Os contratos de gestão são pontuais e pouco estáveis.

- A estruturação dos HUs em FEDPs acarretariam em perda do campo de estágio de estudantes. Para suprir essa questão, as universidades teriam de estabelecer contratos com as FEDPs. Nisso, nada impede que uma FEDP estabeleça contrato com apenas uma universidade, não necessariamente pública;

- Apesar que os projeto de Lei que rege as FEDPs ainda não foi aprovado, algumas práticas já são implantadas no HC. Planos de metas e planos de avaliação e desempenho já existem. Estes últimos têm o agravante de vincular extremamente a avaliação com os planos de carreira, ou seja, avaliações individuais negativas implicam em perdas de benefícios no plano de carreira. Outra prática já implementada é a divisão do HC em Unidades Funcionais, forma de gestão toyotista do hospital. O financiamento do hospital ocorre via unidade, de forma sectarizada, e os proventos dependem de barganhas de metas, entre Unidade Funcional e financiadora. Como na prática o hospital não funciona parcializado, funcionamentos defasados de algumas Unidades Funcionais podem implicar mal funcionamento de outra, podendo ser essa última a principal sancionada. Nesse regime, as unidades são colocadas em conflitos constantes, são "jogadas umas contra as outras";

- As FEDPs permitem a contratação de estagiários e residentes em proporções, em relação ao efetivo, ainda maiores que da atualidade;

- Segundo Mari Elaine, os HUs tem um financiamento diferenciado, com usos de financiamento bônus por atendimento (o FIDEPS), exatamente para que um HU mantenha um ritmo mais adequado para ensino e pesquisa dentro da instituição. A procura de atender mais e mais não condiz com a condição estabelecida ao caráter dos HUs, assim como as precariedades encontradas neles não existem por causa de falta de financiamento, visto que eles são até mesmo privilegiados em relação a isso. Em suma, são forjadas situações de crise para corroborar com a ideologia da privatização como solução dos problemas;

- Encaminhou-se que estudemos a possibilidade de constituir dossiês dos dados e acontecimentos bizarros que sucedem no HC, para ser levado aos conselhos estadual e municipal de saúde. Em relação aos conselhos, estes raramente prevêm ações privatizantes, muito menos no sentido de FEDPs. Ou seja, o projeto de instauração de FEDPs fere não somente os artigos da Constituição em saúde pública e direitos do cidadão, como o próprio controle social.

## REPASSES DO FÓRUM SOCIAL DE SAÚDE

- (Manoela/Sueli) As duas participaram da reunião do Fórum Sul. Nela, foram encaminhados, principalmente, a construção de um Fórum Internacional de Saúde, espécie de Fórum Social Mundial focado nas questões de saúde, a acontecer em Brasília. Sueli participará do comitê internacional de organização, e do Seminário Regional de

Saúde do Fórum Sul. Curitiba foi escolhida para sua recepção, para os dias 06 e 07 de junho. Os temas do seminário são "Educação Popular e formação em Saúde", para o primeiro dia, e "Financiamento no contexto das eleições municipais", para o segundo dia. Debateu-se o seminário, e foi decidido aceitá-lo somente sob algumas condições, que serão encaminhadas ao Fórum Sul: a) troca do tema do primeiro dia para "Fundações Estatais de Direito Privado" e b) a permissão de escolha dos palestrantes. Para cada tema, cada estado (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul) teria de ter o direito de escolha de um palestrante. Demais questões do seminário serão melhor aprofundadas e discutidas após o retorno do Fórum Sul em relação as condições encaminhadas.